



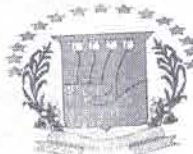
**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

---

# **CHAMAMENTO PÚBLICO**

## **Nº 01/2026**

**Processo Administrativo**  
**Nº 012/2026**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

<b>Chamamento Público: 01/2026</b>		<b>Data de abertura: 22/05/2026</b>	
<b>Objeto</b>			
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, COMPREENDENDO ATENDIMENTOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE FORMA CLÍNICO-AMBULATORIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS REGULADAS E AGENDADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.			
<b>Valor Total Estimado</b>			
R\$ 1.168.137,60 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos).			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
Não	Não	Contrato	ofertado com base nos valores de referência do Município
<b>Documentos de Habilitação</b>			
Ver Item 5 do Edital			
<b>Requisitos Específicos</b>			
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra</b>	<b>Modo de Disputa</b>
Não	Sim	Não	Não aplicável
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até o dia 30 de dezembro de 2026 conforme convocação realizada pela Comissão de Contratação			
<b>Relação de itens</b>			
Ver item 1.2. do Anexo I do Edital			





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

**EDITAL – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito sob o CNPJ nº 11.512.469/0001-26, com sede na Avenida Senador Leite Neto, nº 80, Nossa Senhora De Lourdes, estado de Sergipe, por intermédio do Agente de Contratação/Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar Chamamento Público com objetivo abaixo especificado e conforme especificação do anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

O procedimento obedecerá integralmente à legislação que se aplica a Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 em seus artigos 6º, inciso XLIII e 79, Inciso I, Decreto Municipal nº 19 de 23 de fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 41 de 15 de março de 2024, Lei Complementar municipal nº 50/2024 de 11 de março de 2024, Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como está fundamentada e com justificativa na Portaria nº 1.034/2010 do Ministério da Saúde, bem como o disposto nos arts. 37, XXI e 199, ambos da Constituição Federal de 1988.

**DO RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO**

O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação e todo procedimento será realizada de forma eletrônica no seguinte endereço nas seguintes condições:

**ABERTURA PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO:** Dia 22 de maio de 2026.

**FIM DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Dia 30 de dezembro de 2026.

**Formalização de Consultas e Edital:** Sala de Licitações, na sede da Prefeitura situada na Avenida Senador Leite Neto, nº 80, Centro, Nossa Senhora De Lourdes, estado de Sergipe, no horário das 08h00min às 13h00min, e ainda através do e-mail: nsdelourdeslicitacao@gmail.com.

**EDITAL:** O edital poderá ainda ser adquirido das seguintes formas:

a) **Na forma eletrônica**, no endereço eletrônico nsdelourdeslicitacao@gmail.com, no link **licitações** e [www.nsdelourdes.se.gov.br](http://www.nsdelourdes.se.gov.br) pesquisando o Edital de seu interesse, ou através de solicitação ao Setor de Licitação devendo o pedido ser enviado para o e-mail do setor: nsdelourdeslicitacao@gmail.com.

**DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Estarão habilitados a participar do Chamamento Público/Credenciamento os interessados que apresentarem todos os documentos exigidos neste e comprovarem todas as condições habilitatórias exigidas neste Edital.

O critério de seleção é o previsto no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente, hipótese na qual é viável e





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

**1 - DO OBJETO**

1.1 O Presente chamamento público tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, COMPREENDENDO ATENDIMENTOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE FORMA CLÍNICO-AMBULATORIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS REGULADAS E AGENDADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2. Os serviços deverão atender aos padrões de qualidade reconhecidos no mercado nacional e normas brasileiras vigentes.

1.3. O valor total anual aproximado dos serviços encontra-se no Anexo I – Termo de Referência.

1.4 O prazo de validade do contrato será até 12(doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

2.1. Poderão participar deste Chamamento os interessados que estiverem previamente credenciados junto ao setor de licitação do Município de Nossa Senhora de Lourdes; e

2.1.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos neste instrumento e proceder com a documentação de proposta e de habilitação exigidos neste Chamamento;

2.1.2. Todas as empresas/pessoa física, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Nossa Senhora De Lourdes;

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento para recebimento das propostas e documentos de habilitação;

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no órgão promotor da licitação relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015 em conformidade as informações abaixo:

2.5.1. Para os itens cujo valor máximo estimado por item seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas – ME'S e Empresas de Pequeno Porte – EPP'S, conforme preceitos do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, assim comprovadas mediante apresentação, no ato do credenciamento, de certidão emitida dentro do exercício vigente, pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 8º. da Instrução Normativa nº. 103, de 30 de abril de 2007, do





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto;

2.6. A inscrição no processo implica manifestação do interesse da empresa/pessoa jurídica em participar do processo de credenciamento junto a Secretaria de Saúde a aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e, posteriormente, no Edital, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pelo Município;

**2.7. Não poderão concorrer esse chamamento público:**

2.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.3. pessoa jurídica/pessoa física que se encontre, ao tempo do chamamento, impossibilitada de participar do mesmo em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.6. pessoa jurídica/pessoa física que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.8. consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desse chamamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.1 e 2.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

2.12. O disposto nos itens 2.8.1 e 2.8.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração Pública. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Agente de Contratação e a comissão de contratação, promoverá a consulta eletrônica junto ao cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

**2.16. A participação nesse chamamento público dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

2.16.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.16.2. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.16.3. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.16.4. Os licitantes encaminharão os documentos junto a Comissão de Contratação do Município, concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no edital, **PROPOSTA** com a "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**", incluindo **QUANTIDADE E (CONFORME SOLICITA)**, até o horário limite discriminado no preâmbulo deste edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

2.17. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas nas especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

2.17.1. Na Proposta de Preços deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

2.17.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio eletrônico;

2.17.3. AS Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

2.17.4. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas, bem como acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

**3.- DAS ETAPAS E DOS PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

- 3.1. Poderão participar do credenciamento todos os interessados do ramo de atividades pertinentes ao objeto da contratação, desde que sejam pessoas jurídicas/físicas e atendam às exigências deste Edital de Credenciamento.
- 3.1.1. O processo de credenciamento obedecerá às seguintes etapas:
- a) Entrega do requerimento de credenciamento apresentado no Anexo I e de toda a documentação exigida no Edital, no endereço eletrônico abaixo especificado;
  - b) Análise Documental;
  - c) Habilitação;
  - d) Convocação para contratação conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- 3.2. Os documentos para credenciamento serão enviados por meio do site eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);
- 3.3. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pelo servidor e/ou Comissão responsável pela condução do certame, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.
- 3.4. Os documentos extraídos virtualmente pela internet estarão sujeitos à verificação de autenticidade pela Comissão de Contratação.
- 3.5. Com exceção dos documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.
- 3.6. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.
- 3.7. Os interessados que constituírem procuradores para representá-los quais deverão apresentar, além de todos os documentos relacionados neste edital e os seguintes:
- 3.8. Procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;
- 3.9. Cópia da cédula de identidade, se o procurador for pessoa física;
- 3.10. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se o procurador for pessoa jurídica;
- 3.11. Compete à Comissão de Contratação do Município realizar os procedimentos previstos no subitem 3.1.1. alíneas "b" a "d";
- 3.12. A Comissão de Contratação poderá realizar diligência com as empresas/pessoas físicas inscritas para fins de requerer documentos complementares, visando conferir maior celeridade ao processo de contratação;
- 3.13. As informações prestadas no ato da inscrição, assim como a documentação entregue são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do processo de credenciamento.
- 3.14. A convocação para contratação será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde.
- 3.15. Caso não haja apresentação dos documentos essenciais em sua totalidade, não será possível a realização do procedimento de credenciamento.

**4- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 A proposta de preços deverá ser elaborada com a identificação completa do proponente, em papel timbrado e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, de preferência com suas páginas





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, conforme preenchimento no ato do credenciamento;

4.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza;

4.3. Deverão estar consignados na proposta:

4.3.1 A denominação, CNPJ/CPF, endereço, número de telefone, e-mail e data;

4.3.2 Preços discriminados para cada item cotado e o preço global da proposta para a prestação dos serviços objeto deste chamamento, em algarismo, devendo constar no máximo duas casas após a vírgula, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, encargos trabalhistas, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, incluindo qualquer incidência para atender ao objeto licitado, conforme

**ANEXO IV;**

4.4. O Prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão da mesma. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

4.5. Apresentada a proposta, o Licitante estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital;

4.6. Os licitantes que não atenderem às exigências legais previstas neste capítulo serão considerados desclassificados;

4.7. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos serviços ofertados (conforme solicita o sistema), sob pena de desclassificação;

4.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante da entrega, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado;

4.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento com os seguintes campos:

4.9.1. Valor unitário e total de cada item;

4.9.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **TERMO DE REFERÊNCIA**, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

4.11. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.12. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo disposto no ANEXO IV deste Edital.

4.12.1. Declaração que, até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Lei 14.133/2021.

4.12.2. Declara que tem pleno conhecimento e atende a todas as exigências de





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

habilitação e especificações técnicas previstas no edital, nos termos da Lei 14.133/2021.

**5- ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os documentos de habilitação, relacionados nos subitens 5.4. a 5.9., deverão ser entregues por meio eletrônico no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**5.2. PROVA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 5.2.1 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Capacidade Operacional que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que o impeça de participar deste certame ou da futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));
- 5.2.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ/CPF da licitante;
- 5.2.4. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação;
- 5.2.5. Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;
- 5.2.6. A comissão de contratação poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 5.2.7. No caso acima, a verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;
- 5.2.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 5.2.9. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 5.2.10. Para sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5.2.11. Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos, desde que expedidos a no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a abertura da sessão pública;
- 5.2.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por este órgão, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;
- 5.2.13. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.2.14. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

5.2.15. Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.2.16. Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos;

**5.3. PARA FINS DE HABILITAÇÃO, AS LICITANTES DEVERÃO PROTOCOLAR JUNTO A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

**5.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

**5.3.1.1.** Habilitação Jurídica;

**5.3.1.2.** Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;

**5.3.1.3.** Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

**5.3.1.4.** Qualificação Econômico-financeira;

**5.3.1.5.** Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

**5.3.1.6.** Declaração de desimpedimento de participar em licitações;

**PESSOA JURÍDICA**

**5.4. Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):**

5.4.1. Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como:

5.4.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.4.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.4.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**5.4.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.4.6. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.5. Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

5.7.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação mediante apresentação de declaração exarando a prestação de serviços.

**5.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):**

5.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

- 5.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.8.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 5.8.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual;
- 5.8.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual referente a tributos estaduais, compatível como objeto contratual;
- 5.8.6 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 5.8.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

**5.9. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021):**

- 5.9.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante da presente licitação em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

**PESSOA FÍSICA**

**9.10. Habilitação Jurídica**

- a) Cédula de Identidade com data de expedição inferior de 10 anos;
- a1) Caso o documento acima referido, seja apresentado para fins de credenciamento, e se necessário for, esses documentos suprirá a exigência para fins de habilitação d licitante.

**9.11. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Comprovante de residência atualizado, emitido em nome da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhista, expedida pela Justiça do Trabalho (CNDT);
- e) Certidão Negativa em nome da licitante expedido pela Prefeitura do Município de residência do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

**9.12. Qualificação Técnica:**

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação mediante apresentação de declaração exarando a prestação de serviços;

**9.13. Qualificação Econômico-financeira:**

- 8.10.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor do domicílio da licitante ou através da internet, com validade para o dia da abertura do presente certame;

**9.14. Declarações (Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021) (pessoa jurídica e física)**

- 9.14.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

- 9.14.2. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 9.14.4. A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos solicitado para diligências.

**6.- ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

- 6.1. Após publicação do edital, a Comissão de Contratação realizará análise das documentações apresentadas pelas empresas/pessoas físicas interessadas.
- 6.2. O resultado da análise dos documentos apresentados será divulgado, através de lista contendo o nome das empresas habilitadas.
- 6.3. A lista das empresas/pessoa física habilitadas descrita no item anterior será atualizada no mínimo a cada 03 (três) meses a partir da publicação do edital, devendo a atualização ser publicada no Diário Oficial do Município e no Endereço Eletrônico <https://nsdelourdes.se.gov.br/>.
- 6.4. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação da empresa interessada;
- 6.5. Serão credenciadas todas as licitantes que satisfizerem as exigências contidas neste edital, sendo que não há competição de preços por se tratar de credenciamento;
- 6.6. O interessado que atender a todas as condições previstas neste edital será convocado para assinar o Contrato de acordo com as necessidades da execução dos serviços apresentadas pela Secretaria de Saúde.

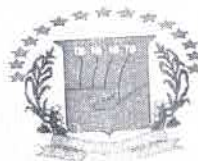
**7. DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO**

- 7.1. Durante a vigência do credenciamento, a credenciada deverá cumprir contínua e integralmente o disposto no Edital e nos termos contratuais que celebrar com a entidade contratante.
- 7.2. A credenciada poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita a contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias. O pedido de descredenciamento não descumbe a credenciada do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas no edital.
- 7.3. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste termo de referência, bem como na Lei Federal nº. 14.133/2021, ensejará o descredenciamento da contratada e a rescisão do contrato de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.
- 7.4. As Secretarias Municipais participantes desse credenciamento, através de sua Comissão de Contratação, poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

**12. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS**

- 12.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

a) Empresas/pessoa física pertencentes ao Município;

**13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa

13.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação/agente de contratação e durante o certame;

13.3. salvo em decorrência de fato superveniente e devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.3.1. não enviar a proposta adequada;

13.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrado o prazo do credenciamento; ou

13.3.4. deixar de apresentar amostra;

13.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

13.4.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.6. fraudar a licitação

13.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei

13.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento

13.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada

13.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

13.10. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.10.1. advertência

13.10.2. multa

13.10.3. impedimento de licitar e contratar e

13.10.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

13.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.11.1. natureza e a gravidade da infração cometida

13.11.2. as peculiaridades do caso concreto

13.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.11.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e

14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

13.12.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.12.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.13. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.14. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.15. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 13.16. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.17. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.18. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.19. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.20. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.21. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.22. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado credenciado, por ato do Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora pelo Agente de Contratação, ou, quando houver recurso, pela autoridade competente.

**15. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO**

15.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;

15.2 O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

15.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2 A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Credenciamento Eletrônico e seus anexos;

15.3.3 A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este instrumento e nos artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133/2021;

15.5 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após execução dos serviços, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo;

15.5.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.

15.5.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas após a prestação dos serviços;

15.5.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada;

15.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

15.7. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora de Lourdes, com CNPJ nº 11.512.469/0001 - 26, com as informações contidas na Nota de Empenho.

15.8. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado;

15.8.1 Após esse período, mediante solicitação da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC.

**16. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado; 16.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos,





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Secretaria, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida;

16.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

16.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.4.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado no item acima, não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

16.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

16.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

16.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

16.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.10. O reajuste será realizado por apostilamento;

16.11. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem;

16.12. As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 00601- Secretaria Municipal de Saúde
- Ação: xxxxxxxxxxxxxxxx
- Elemento: xxxxxxxxxxxxxxxx
- Fonte de Recurso: xxxxxxxxxxxxxxxx

**17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. Assegurar o livre acesso da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços;

17.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da contratada encarregados da execução dos serviços venham solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos.

17.3. Promover o acompanhamento e fiscalização do contrato, através do fiscal, anotando em Registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

- 17.4. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
- 17.5. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste, em especial disponibilizar a estrutura física adequada e equipada para realização das consultas e procedimentos.
- 17.6. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade e/ou vício nos produtos adquiridos para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;
- 17.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;

**18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 18.1. Fornecer os serviços de acordo com as normas previstas neste *Termo de Referência*, bem como no instrumento convocatório e contratual;
- 18.2. Manter durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas e Exigidas neste *Termo de Referência*;
- 18.3. Fornecer os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;
- 18.4. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 18.5. A CREDENCIADA responderá pelos encargos previdenciários, trabalhistas, ISS, IR, bem como despesas com alimentação e transporte, decorrentes da execução do presente contrato;
- 18.6. A CREDENCIADA se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

**19. DA IMPUGNAÇÃO, CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido via sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);
- 19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, art. 164 parágrafo único da NLLC;
- 19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou pelo seguinte endereço de e-mail: [nsdelourdeslicitacao@gmail.com](mailto:nsdelourdeslicitacao@gmail.com).
- 19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação/agente de contratação, nos autos do processo de licitação;
- 19.5. Informações e esclarecimentos aos licitantes, notadamente relacionados às especificações do objeto, deste Edital, serão dados pelas Secretarias Solicitantes;

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

20.1 A comissão de contratação/agente de contratação lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item preâmbulo deste Edital;

20.2 A comissão de contratação/agente de contratação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

20.3 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21)

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação;

20.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis,

tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa;

19.4.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

20.4.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados;

20.4.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação;

20.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a data da abertura desta licitação;
- b) Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame;

20.6 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

20.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

20.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

20.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de contratação/Agente de Contratação, com auxílio da Equipe de Apoio;

20.10 As normas que disciplinam este chamamento público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que:





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

20.11 Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível;

20.12 Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Agente de contratação e pela comissão de contratação, na Prefeitura Municipal de Nossa Senhora De Lourdes, Coordenadoria de Licitações e Contratos, situada na Avenida Senador Leite Neto, nº 80 – Centro, CEP: 49.890-000, Nossa Senhora de Lourdes/SE;

20.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

20.14 Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO.**

**ANEXO III- DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA**

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇO**

**ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL**

**ANEXO VI – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

20.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente e único o foro da Comarca de Gararu, Estado de Sergipe.

Nossa Senhora De Lourdes, 21 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente

gov.br

ALLYCIA GUIMARAES SANTOS  
Data: 21/05/2026 20:09:28-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**ALLYCIA GUIMARÃES SANTOS**

Agente de Contratação/Comissão de Contratação

*Emilainy Prado Loureiro*

**EMILAINY PRADO LOUREIRO**

Comissão de Contratação

*Carolinne Santos Martins*

**CAROLINNE SANTOS MARTINS**

Comissão de Contratação





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, “a” e “e”, da Lei 14.133/2021)**

1.1. Constitui objeto do presente Termo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, COMPREENDENDO ATENDIMENTOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE FORMA CLÍNICO-AMBULATORIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS REGULADAS E AGENDADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

**1.2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD. CONSULTAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	13954	SERVIÇO MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM GINECOLOGIA/OBSTETRICA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	270,00	97.200
02	13955	SERVIÇO MÉDICO PSIQUIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PSIQUIATRIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	480	185,93	89.240
03	13956	SERVIÇO MÉDICO UROLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM UROLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	174,00	62.640
04	13957	SERVIÇO MÉDICO PEDIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PEDIATRIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	184,29	66.344
05	13966	SERVIÇO MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM ENDOCRINO E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	273,30	98.388
06	13958	SERVIÇO MÉDICO OFTALMOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM OFTALMOLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SEV.	360	207,89	74.840





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

		NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO				
07	13959	SERVIÇO MEDICONEURO PEDIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM ESPECIALIDADE EM NEUROPEDIATRIA. OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, ESPECIALIDADE SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA AS CONSULTAS SERÃO PROGRAMADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	360	510,35	183.726,00
08	13960	SERVIÇO MEDICO CLINICO GERAL - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS CLINICOS GERAL E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA; OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	360	187,59	67.532,40
09	13961	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO EM MASSOTERAPEUTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM ESPECIALIDADE EM MASSOTERAPEUTA (MANIPULAÇÃO CORPORAL, TÉCNICAS DE RELAXAMENTO E REABILITAÇÃO FÍSICA E BEM-ESTAR), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	360	250,00	90.000,00
10	13962	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO EM TERAPIA OCUPACIONAL - TO - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	720	120,00	86.400,00
11	13963	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO FONOAUDIÓLOGO - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM FONOAUDIÓLOGIA, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	720	130,73	94.125,60
12	13964	SERVIÇO MEDICO MEDICO INFECTOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MEDICOS COM ESPECIALIDADE EM INFECTOLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	360	247,00	88.920,00
13	13965	SERVIÇO MEDICO MEDICO CIRURGIÃO GERAL - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MEDICOS COM ESPECIALIDADE EM CIRURGIA GERAL E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO	SERV.	360	191,04	68.774,40
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.168.137,60 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil, cento trinta e sete reais e sessenta centavos).</b>						

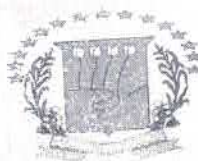
1.3. O custo total estimado da necessidade é de R\$ 1.168.137,60 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos).

1.4. O objeto da contratação tem a natureza de bem comum à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

1.5. O prazo de vigência do contrato será até 12 meses, não prevendo prorrogações;

1.6. O quantitativo mencionado acima é estimado com base na demanda, não gerando obrigação da Contratante de entrega total durante a vigência do contrato. O quantitativo foi definido apenas para limitar e dimensionar a proposta dos licitantes.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

**2 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1. A realização de **CREDENCIAMENTO**, mediante processo administrativo de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, no qual a Administração Pública irá convocar os interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados tem como fundamento o art. 6º, inciso XLIII, bem como o art. 79, ambos da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 8080/90, a Portaria nº 1.034/2010 do Ministério da Saúde, bem como o disposto nos arts. 37, XXI e 199, ambos da Constituição Federal de 1988.

2.2. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, bem como do Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

**3 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

3.1. Capacidade de atendimento presencial e/ou ambulatorial, conforme as necessidades da rede pública municipal de saúde.

3.2 Capacidade de resposta em prazo compatível com a demanda regulada pelo órgão competente.

3.3 Disponibilidade de profissionais devidamente habilitados, com registro ativo nos respectivos conselhos de classe.

3.4 Cumprimento das normas técnicas, sanitárias, éticas e protocolos clínicos aplicáveis à prestação de serviços de saúde.

3.5 Disponibilidade de estrutura física adequada, quando os atendimentos forem realizados em unidade própria da credenciada, observando as exigências da Vigilância Sanitária.

3.6 Observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente quanto à organização do atendimento, regulação e acesso dos usuários.

3.7 A credenciada se obrigará a atender as demais exigências contidas nos tópicos relativos ao modelo de execução do contrato e a forma e critérios de seleção do fornecedor.

**4 - DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21).**

**Execução dos Serviços**

4.1 Os serviços especializados na área da saúde serão executados de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio, regulação e encaminhamento dos pacientes pelo órgão competente, observando os princípios da continuidade, eficiência, segurança e qualidade do atendimento.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

4.2 Os atendimentos serão realizados mediante regulação municipal, observando critérios técnicos, assistenciais e de organização da rede pública de saúde, considerando:

- a) a classificação de risco e prioridade clínica do paciente;
- b) a especialidade necessária ao atendimento;
- c) a disponibilidade de agenda dos prestadores credenciados;
- d) os protocolos e diretrizes assistenciais aplicáveis.

4.3 Sempre que possível, será assegurada a livre escolha do usuário dentre os prestadores credenciados disponíveis, especialmente nos casos em que houver mais de uma opção apta à realização do atendimento no período demandado.

## **5. VISTORIA**

5.1. Considerando a natureza dos bens, e que os mesmos não serão realizados nas dependências da Contratante não será exigido a vistoria por parte das licitantes.

## **6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os serviços nas quantidades estimadas e qualidade estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. A demanda prevista no presente termo foi estimada, considerando as quantidades informadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "F" DA LEI Nº 14.133/21)**

### **8.1. Rotinas de Fiscalização Contratual**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

8.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

8.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

8.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

8.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiro sem razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

8.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

8.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

8.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8.2. Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento**

8.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o critério abaixo para aferição da qualidade do fornecimento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os fornecimentos contratados; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.2.2. Os fornecimentos deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos: É importante ressaltar alguns aspectos adicionais àqueles já presentes neste Termo de Referência, parâmetros de avaliação do fornecimento a serem utilizados na aferição dos resultados. Esses parâmetros são considerados também os Instrumentos de Medição de Resultados - IMR (Tabela 1), e o seu descumprimento implicará em sanções de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021;

ITEM	OCORRÊNCIA	FUNÇÕES
Todos	Atraso na entrega, em até 3 dias	Sanções de acordo com a Lei 14.133/2021
Todos	Atraso no atendimento aos problemas reportados em mais de 5 dias	Sanções de acordo com a Lei 14.133/2021





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

Todos	Reincidência no atraso ao atendimento reportado com mais de 5 dias	Sanções de acordo com a Lei 14.133/2021
Todos	Atraso na entrega em mais de 5 dias	Sanções de acordo com a Lei 14.133/2021

8.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.3.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.2.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do fornecimento, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

**8.3. Do Recebimento dos serviços**

8.3.1. O recebimento dos serviços será realizado de forma provisória e/ou definitiva, conforme a natureza do serviço.

8.3.2 O recebimento provisório consistirá na verificação inicial da conformidade dos serviços prestados, podendo ser formalizado por atesto, relatório, produção ambulatorial ou instrumento equivalente.

8.3.3 O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da qualidade e conformidade dos serviços executados.

8.3.4 Nos serviços por demanda ou de natureza continuada, o recebimento será realizado periodicamente, ao final de cada ciclo de execução ou competência mensal.

8.3.5 O recebimento não exclui a responsabilidade civil, técnica, administrativa e ético-profissional da credenciada.

8.3.6 Constatadas falhas na execução, a Administração poderá determinar correções, promover glosas, suspender atendimentos ou aplicar penalidades.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)**

***Forma de seleção e critério de julgamento da proposta***

9.1. Os prestadores de serviços serão selecionados por meio da realização de procedimento de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CREDENCIAMENTO**.

***Forma de prestação dos serviços***

9.2. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, respeitando os limites quantitativos descritos neste instrumento.

***Observações gerais***

9.3. Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à habilitação jurídica, técnica, fiscal, econômica e financeira do interessado no credenciamento de que trata este Termo.



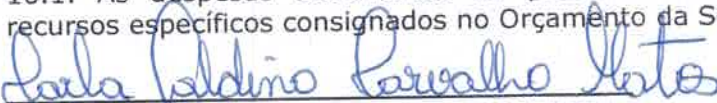


**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

9.4. As certidões que compõem a documentação exigida e possuem data de validade, deverão estar válidas no momento da inscrição, devendo ser atualizadas a qualquer tempo em caso de expirar a validade, bem como no momento da assinatura do contrato e durante a sua vigência, caso seja formalizado.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.



**CARLA GALDINO CARVALHO MATOS**

Secretária Municipal de Saúde

**CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**  
**ANEXO II – MODELO DE PROCURAÇÃO**

Ilmo. Sr.

Comissão de Contratação

**Município de Nossa Senhora De Lourdes**

\_\_\_\_\_(PROPRIETÁRIO DA EMPRESA, IDENTIDADE E CPF OU NOME E QUALIFICAÇÃO DO SÓCIO-GERENTE - com poderes para tal)\_\_\_\_\_, por este instrumento particular, nomeia e constitui seu bastante procurador \_\_\_\_\_( NOME E QUALIFICAÇÃO DO OUTORGADO, ENDEREÇO, IDENTIDADE E CPF)\_\_\_\_\_, com amplos poderes para representar \_\_\_\_\_( NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA E CNPJ)\_\_\_\_\_, junto a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora De Lourdes, podendo entregar e receber envelopes contendo os documentos e as propostas, juntar documentos, assinar atos e termos, tomar deliberações, receber ofícios e relatórios de julgamentos, firmar declarações, dar ciência e, especialmente, formular ofertas e lances de preços, enfim, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato junto a este órgão, relativamente a quaisquer das fases do CHAMAMENTO ELETRÔNICO nº 01/2026 – MUNICÍPIO de NOSSA SENHORA DE LOURDES - Sergipe.

(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura do sócio-gerente ou proprietário e carimbo)





**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES  
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

Obs.: A presente procuração deverá estar assinada pelo outorgante e com firma reconhecida em cartório.

**DECLARAÇÃO**

**(APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA DE PREÇOS)**

**DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E EM SEUS ANEXOS.**

- 1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
- 2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de contratação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
- 3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:  
Banco: \_\_\_\_\_  
Agência: \_\_\_\_\_  
Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.  
(colocar data e assinatura do representante legal)

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**  
**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA**

Ilmo. Sr.  
Comissão de Contratação  
**Município de Nossa Senhora De Lourdes**

Prezado Senhores,

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na ....., por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

**\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

- a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
- c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- d) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;
- f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;
- g) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por este Município, que o
- (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.(a) ..... portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº ....., inscrito (a) no CPF sob nº .....





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVO**

....., cuja função/cargo  
é..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc),  
responsável pela assinatura do contrato;

h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

i) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

j) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

k) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a)....., portador (a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

(nome e CPF, completo do representante da empresa e assinatura).  
(nome e CNPJ, completo da empresa e assinatura).





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026**  
**ANEXO IV-MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

AO  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

Ilustríssimo Senhor,

Manifestando interesse em participar do processo licitatório instaurado por este Fundo, para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, COMPREENDENDO ATENDIMENTOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE FORMA CLÍNICO-AMBULATORIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS REGULADAS E AGENDADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**, onde apresentamos a nossa proposta como participante do Chamamento Público nº. \_\_\_\_/2026.

Razão social:.....CNPJ: .....  
Endereço Completo: ..... CEP: ..... OPTANTE DO SIMPLES?  
(SIM/NÃO)  
Fone: .....Fax: ..... e-mail: .....  
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: NOME DO BANCO: ..... AGÊNCIA Nº: .....  
..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE Nº: .....

Item	Especificação	Quant.	Marca	VI Unit.	VI Total
1.					

Cumpre-nos informar-lhes ainda, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta, estando ciente de todos os custos necessários ao fornecimento.

\* A empresa .....declara que estão inclusos no valor cotado todas as despesas sobre o objeto licitado ( impostos, taxas, seguros, transportes .....).

**Prazo de validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias.

**Prazo do fornecimento:** 12(doze) meses após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

**Deverá constar ainda as seguintes declarações:**

1. DECLARAMOS que assumiremos responsabilidade pelo fornecimento dos bens cotados e classificados em perfeitas condições de consumo e de acordo com as especificações solicitadas, os quais serão inspecionados pelos respectivos Departamentos Competentes do Fundo e sendo constatada alguma irregularidade nos comprometemos em a reposição imediata, sem ônus para a Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.
2. DECLARAMOS que o preço da proposta inclui todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

3. DECLARAMOS que assumimos a responsabilidade pelos tributos, custos e despesas, diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, os quais serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços serem prestados ao Município de Nossa Senhora De Lourdes sem ônus adicionais.

4. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

5. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como impostos, transporte, seguros, taxas ou quaisquer outros encargos que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

6. DECLARAMOS que caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo nas condições estabelecidas pela contratante.

**DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO:**

[Nome, nº do CPF, nº do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial].

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura e carimbo].

**OBS.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).**





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**ANEXO V -- MINUTA CONTRATUAL**

CONTRATO Nº XXXXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE**, E, DO OUTRO, A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2026.

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, ESTADO DE SERGIPE**, inscrita no CNPJ sob nº 11.512.469/0001-26, localizada à Avenida Senador Leite Neto, nº 80, CEP:49890 000, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretaria de Saúde, a Sra. **CARLA GALDINO CARVALHO MATOS**, brasileira, maior, capaz, portadora do CPF Nº. XXXXXXXX, RG Nº XXXXX SSP/SE, residente nesta cidade, residente nesta cidade, do outro lado o Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, maior, capaz, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, com endereço a XXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, CEP:XXXXX, cidade de XXXXX, estado de XXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de prestação de serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 012/2026, mediante cláusulas e condições seguintes:

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**I – DO LOCAL E DATA:** Lavrado e assinado na sede da **Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora de Lourdes/SE**, aos XX dias do mês de XXXXX do ano de 2026;

**II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este Contrato tem como amparo legal o **Chamamento Público nº xx/2026** elaborada pelo Município realizada no dia xx de XXXXX de 2026 se rege-se pelas disposições Lei nº. 14.133/2021 de 01 abril de 2021, Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, Decreto Municipal Nº 19/2024, Decreto 50/2024 de 11 de março de 2024 e de acordo com a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, inc. I)**

O presente Contrato tem por objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E/OU FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, COMPREENDENDO ATENDIMENTOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES E SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS DE FORMA CLÍNICO-AMBULATORIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS REGULADAS E AGENDADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada:

**Parágrafo primeiro.** É vedada a subcontratação do objeto contratual

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO (art. 92, inc. II)**

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, as especificações constantes do Chamamento Público, seu Termo de Referência, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inc. III)**

3.1. O presente Contrato fundamenta-se:

**I – Nos termos da Dispensa de Licitação que, simultaneamente:**

- a) constam do Processo Administrativo que a originou;
- b) não contrariem o interesse público.

**II – Nas demais determinações da Lei nº 14.133/2021;**





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**III** - Nos preceitos do Direito Público;

**IV** - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Único** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, inc. IV)**

4.1. O objeto contratual será executado diretamente pela Contratada, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, inc. V)**

5.1. O Contratante pagará à Contratada a importância global de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx), o valor compõe-se de pagamento conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VAGA	QTD. DE CONSULTA (MENSAL)	UND. DE MEDIDA	QTD.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MÉDICO xxxxxxxxxxxx DESCRIÇÃO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx	xx	MÊS	xx		

**§1º.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**§2º.** Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS - CRF, além da CNDT.

**§3º.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**§4º.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2026.

**§5.** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

**§ 6º.** Os custos referentes a gastos com locomoção (passagens, combustível, taxi e outros), hospedagens e com alimentação da CONTRATADA e de seus assistentes, estão inclusos no valor do presente contrato;

**§ 5º.** Caso haja prorrogação de prazo, o valor será reajustado anualmente pelo índice do IGP-DI/FGV ou, por outro índice oficial estabelecido pelo governo federal.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO PARA LIQUIDACÃO E PAGAMENTO (art. 92, inc. VI)**

6.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo máximo descrito na cláusula anterior após liquidação da despesa, a qual ocorrerá após apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento do serviço.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 92, inc. VII)**

7.1. Os serviços serão iniciados no primeiro dia útil após a assinatura do presente Contrato, e serão executados na sede da Contratada, em conformidade com o Termo de Referência e Proposta apresentada, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 140, inc. I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inc. VIII)**

7.2. As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Prefeitura, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: xxxxxxxxxxxxxxxx
- Ação: xxxxxxxxxxxxxxxx
- Elemento: xxxxxxxxxxxx
- Fonte de Recurso: xxxxxxxx

**CLÁUSULA NONA – DA MATRIZ DE RISCO (art. 92, inc. IX)**

7.3. A Matriz de Risco, definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, encontra-se no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO (art. 92, inc. XI)**

10.1. O presente contrato poderá sofrer reequilíbrio econômico financeiro, mediante a formalização de Termo Aditivo, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a sua execução tal como inicialmente pactuado.

**§1º.** No caso de alteração unilateral do presente contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, a Contratante deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial no mesmo termo aditivo.

**§2º.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**§3º.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**§4º.** O prazo máximo para o reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução do requerimento, será de 1 (um) mês, admitida a prorrogação por igual período, desde que devidamente motivada, na forma do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, inc. XII)**

11.1 Não haverá a exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (art. 92, incs. XIV, XVI e XVII)**

**12.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**12.2.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**a)** A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**12.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.4.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**12.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.7.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;

**12.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; ii) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; iii) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; iv) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**12.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**12.10** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer ocorrência anormal, ou acidente, que se verifique no local dos serviços;

**12.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**12.12.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**12.13.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**12.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**12.15** Submeter, previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

**12.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

**12.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**12.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, al. "d" da Lei nº 14.133/2021;

**12.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**12.22.,** Sempre que solicitado, fazer a manutenção dos equipamentos;

**12.23.** Fornecer equipamentos, peças de manutenção e recarga de qualidade, com troca imediata de suprimento ou mediante reserva;

1.

**12.23.** DA CONTRATANTE: durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

**12.23.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

---

- 12.23.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.23.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.23.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.23.4.** Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.23.5.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
- 12.23.6.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei e neste contrato;
- 12.23.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Municipalidade para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 12.23.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.23.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 12.23.10.** Comunicar à Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- 12.23.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inc. XIV)**

- 13.1.** A Contratada comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando:
- 13.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- §1º.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, descrita no inciso I desta Cláusula Décima Terceira, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

**II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a IV desta Cláusula Décima Terceira, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

**III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V a VIII, bem como nos incisos II a IV, todos desta Cláusula Décima Terceira, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**IV - Multa:**

- a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) compensatória, para as infrações descritas nos incisos V a VIII desta Cláusula Décima Terceira, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- c) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III desta Cláusula Décima Terceira, de 0,9% (zero vírgula nove por cento) a 4% (quatro por cento) do valor do contrato.
- d) para infração descrita no inciso II desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,8% (zero vírgula oito por cento) a 3% (três por cento) do valor do contrato.
- e) para infrações descritas no inciso IV desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,7% (zero vírgula sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor do contrato.
- f) para a infração descrita no inciso I desta Cláusula Décima Terceira, a multa será de 0,6% (zero vírgula seis por cento) a 1% (um por cento) do valor do contrato.

**§2º.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

**§3º.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

**§4º.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/ 2021).

**§5º.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

**§6º.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**§7º.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§8º.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- §9º.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- §10.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**§11.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

**§12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**§13.** Os débitos do Contratado para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, inc. XVIII)**

14.1. Os modelos de gestão e de execução contratual constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, inciso XIX).**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**§1º.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**§2º.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**§3º.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**§4º.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**§5º.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

**§6º.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

**§7º.** O contrato poderá, ainda, ser extinto:

- a) caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);
- b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão Contratante (art. 3º, §3º, do Decreto Federal nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 105)**

16.1. O prazo de vigência deste Contrato é até xx (xxxxxxxx) de xxxxxxxxx de 2026, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**§1º.** A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Contratante, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**§2º.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**§3º.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**§4º.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**§5º.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES (art. 124).**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**§1º.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**§2º.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**§3º.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 117)**

18.1. Na forma do que dispõe o artigo 117, e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, ficará designado 1 (um), ou mais, fiscal(is) do contrato, representante(s) da Administração especialmente denominado(s) e nomeado(s) em portaria específica, anexa a este instrumento, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, na forma do Termo de Referência anexo.

**§1º.** À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do contrato com as normas especificadas, e se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

**§2º.** A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO (art. 94)**

Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma e prazo previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inc. V do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO (art. 92, §1º)**

As partes Contratantes elegem o Foro da Cidade de Gararu, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora de Lourdes/SE, XX de XXXXX de 2026.

**CARLA GALDINO CARVALHO MATOS,**  
Secretaria de Saúde  
CONTRATANTE

**CONTRATADO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio-Administrador

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

**I -** \_\_\_\_\_

CPF Nº \_\_\_\_\_

**II -** \_\_\_\_\_

CPF Nº \_\_\_\_\_

**ANEXO VI – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTD. CONSULTAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	13954	SERVIÇO MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV	360	270,00	97.200,00
02	13955	SERVIÇO MÉDICO PSIQUIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PSIQUIATRIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV	480	185,93	89.246,40
03	13956	SERVIÇO MÉDICO UROLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM UROLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV	360	174,00	62.640,00
04	13957	SERVIÇO MÉDICO PEDIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PEDIATRIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV	360	184,29	66.344,40
05	13966	SERVIÇO MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM ENDOCRINO E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE). OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL. AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV	360	273,30	98.388,00
06	13958	SERVIÇO MÉDICO OFTALMOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM OFTALMOLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E	SEV	360	207,89	74.840,40





**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

		QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.				
07	13959	SERVIÇO MEDICONEURO PEDIATRA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM ESPECIALIDADE EM NEUROPEDIATRIA, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	510,35	183.726,00
08	13960	SERVIÇO MEDICO CLÍNICO GERAL - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS CLINICOS GERAL E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITARIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	187,59	67.532,40
09	13961	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO EM MASSOTERAPEUTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM ESPECIALIDADE EM MASSOTERAPEUTA (MANIPULAÇÃO CORPORAL, TÉCNICAS DE RELAXAMENTO E REABILITAÇÃO FÍSICA E BEM-ESTAR), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITÁRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	250,00	90.000,00
10	13962	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO EM TERAPIA OCUPACIONAL - TO - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITARIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	720	120,00	86.400,00
11	13963	SERVIÇO DE PROFISSIONAL CAPACITADO FONOAUDIÓLOGO - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA, OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITARIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	720	130,73	94.125,60
12	13964	SERVIÇO MEDICO MEDICO INFECTOLOGISTA - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MEDICOS COM ESPECIALIDADE EM INFECTOLOGIA E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITARIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	247,00	88.920,00
13	13965	SERVIÇO MEDICO MEDICO CIRURGIÃO GERAL - DEVERÃO SER CREDENCIADOS PROFISSIONAIS MEDICOS COM ESPECIALIDADE EM CIRURGIA GERAL E COM REGISTRO NO CONSELHO DE MEDICINA E QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), OS ATENDIMENTOS SERÃO PRESTADOS AMBULATORIAL, AS CONSULTAS SERÃO REFERENCIADAS/AGENDADAS PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, A AGENDA DE ATENDIMENTOS SERÁ PROGRAMADA PELA REGULAÇÃO MUNICIPAL, O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO COM BASE NA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS ATENDIMENTOS REALIZADOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS E VALIDADOS NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADOS OS VALORES UNITARIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SERV.	360	191,04	68.774,40
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.168.137,60 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos).</b>						